

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 20/2016

----- Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano dois mil e dezasseis, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata nº 19/2016, referente à reunião ordinária de 14 de outubro. -----

----- Aprovada a ata nº 19/2016, por unanimidade dos presentes com direito a voto (6 votos a favor), não participando na votação por não ter estado presente na reunião em causa o Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida.-----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: novecentos e vinte e sete mil, oitocentos e trinta e nove euros e trinta cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: duzentos e oito mil, oitocentos e cinquenta e nove euros e quarenta e cinco cêntimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- VALORSUL – AS METAS DE 2020 PARA OS RESÍDUOS E A SITUAÇÃO ATUAL;-----

----- ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO, S.A. – TARIFÁRIOS PARA O ANO 2017;-----

----- DESMOR – ENVIO DE RELATÓRIO SEMESTRAL DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DA DESMOR, EM,SA;-----

----- LOJA DO CIDADÃO – RELATÓRIO ESTATÍSTICO DE JANEIRO A SETEMBRO/2016.-----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção referindo-se ao primeiro assunto para conhecimento sobre as metas da Valorsul a longo prazo e o mapa apresentado revela que dos dezoito municípios que são a área territorial de intervenção desta empresa, Rio Maior está posicionado em décimo sexto no que respeita á recolha de resíduos sólidos e relativamente ao tratamento de forma separada desses resíduos e uma das interpretações que pode ser feita é que se consome pouco e há poucos resíduos para tratar ou então que essa situação está relacionada com o poder de compra, porque os países mais industrializados e com maior poder de compra são também os mais poluentes. Disse ainda que o gráfico apresentado poderá ser objeto de várias e leituras e gostaria de abordar o tema num outro fórum, pois apesar da posição que Rio Maior ocupa poderá ainda melhorar neste trabalho de envolvimento com a comunidade para que haja cada vez mais uma maior consciencialização para estas questões.-----

----- Sobre o novo tarifário das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, referiu a gestão dos sistemas municipais de abastecimento de água em alta e em baixa e opinou que, não obstante outras práticas intermunicipais que estão a ser desenvolvidas e com sucesso, a nível nacional poderá haver um repensar das estratégias porque não se pode passar de uma perspetiva de uma gestão muito local, para uma gestão de universos gigantescos em que a gestão e a articulação dos parceiros se torna muito difícil. Aditou que a empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo é uma organização que compreende oito anteriores sistemas intermunicipais sendo um sistema gigantesco, pelo que tinha algumas reservas relativamente a essa prática e a essas políticas sobre a gestão da água.-----

----- Relativamente ao setor da Educação e sobre a entrega dos Prémios de Mérito regozijou-se com a sua atribuição e pela forma como os estabelecimentos de ensino e as suas Direções têm dinamizado essas sessões que são muito bem organizadas e que também premeiam o esforço das famílias, dos encarregados de educação e dos alunos, porque o futuro do município de Rio Maior e das diferentes instituições passa pelas escolas que em parceria com o município e com as empresas muito colaboraram na atribuição dos Prémios de Mérito, congratulando-se com o esforço que o Setor da Educação da Câmara Municipal faz em articulação com as escolas, o que resultou num momento simbolicamente importante de reconhecimento do trabalho

desenvolvido pelos alunos e pelas famílias em sintonia com as empresas que também são chamadas a este processo educativo, que é de extrema importância.-----

----- Ainda no uso da palavra congratulou-se com a eleição do Engº António Guterres para Secretário-Geral da ONU e recordou que este, enquanto 1º Ministro visitou Rio Maior por diversas vezes e teve um papel muito importante na aprovação e no desbloquear do investimento da cobertura da Piscina Olímpica, contribuindo assim para que o Centro de Alto Rendimento da Natação de Rio Maior seja uma realidade. A citada obra avançou dada a intervenção do Senhor 1º Ministro de então, e saudou a sua recente eleição para Secretário-Geral da ONU e também salientou a sua intervenção para ajudar Rio Maior a desenvolver projetos importantes. -----

----- Congratulou-se com o facto de o PS ter optado por Rio Maior para desenvolver uma ação político/partidária, a “Universidade de Outono” que se realiza no dia vinte e nove de outubro e que vai ter em Rio Maior a presença de importantes autarcas a nível distrital, sendo um motivo de satisfação para todos os riomaiorenses que haja uma motivação político/partidária em Rio Maior que congrega responsáveis do Oeste, do distrito de Santarém e Presidentes de Câmara de diversos municípios, com os quais Rio Maior tem excelentes relações e uma grande convergência cultural. Disse ainda que esse momento poderá significar também o relembrar de uma estratégia que foi interrompida, mas que poderá ser retomada que é o Plano Regional do Oeste e do Vale do Tejo, opinando que faz todo o sentido que em Rio Maior haja uma convergência de interesses territoriais do Oeste e do Vale do Tejo e assim essa possível “NUT 2” poder ter uma expressão máxima e que Rio Maior possa ter um papel de preponderância, pois é um município de charneira.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por deixar um voto de desagrado pelo facto de só serem dadas quarenta e oito horas para preparar de forma profunda os dezasseis pontos agendados, para além dos assuntos para conhecimento e da ata, opinando que para elevar o debate os assuntos têm de ser devidamente analisados.-----

----- Questionou se já havia novidades quanto ao “buraco” existente no cruzamento do IC2 com a EN1 e se estão previstas algumas medidas de carácter urgente para minimizar o que está a acontecer à população e à freguesia de Asseiceira. Também questionou o ponto da situação relativamente a obras de sinalização no IC2 e ainda quanto à requalificação da EN114, no troço entre o Gato Preto e a rotunda da A15, dado que se vai entrar no outono e com a época das chuvas vão continuar os problemas. Perguntou também que candidaturas foram aprovadas e apresentadas ao “Portugal 2020 e também quais as candidaturas que não foram aprovadas.-----

----- De seguida referiu ser de extrema importância a existência de um Plano de Segurança Rodoviária concelhio porque está na altura da autarquia dar o seu contributo para a formação da cidadania e para o cumprimento de normas e também fazer algumas retificações não só das passadeiras, mas estudarem também a possibilidade de haver uma “escola de trânsito”, para formação e educação do peão e do condutor, esclarecendo também quais são as obrigações da autarquia, quais as obrigações do Governo e dos Ministérios relativamente à qualidade da circulação rodoviária.-----

----- Ainda no uso da palavra referiu que, para além das pessoas o mais valioso que o concelho de Rio Maior tem é a sua posição geoestratégica, havendo poucos concelhos que se possam gabar de ter um número de vias tão importantes como Rio Maior tem, a uma pequena distância da capital e da terceira maior cidade do País, aditando que, se a “escola de trânsito” é importante para a formação cívica, não é menos importante a formação para a cidadania que não sendo uma competência imediata da autarquia, ela deve ser promotora de sinergias, quer com a Valorsul, quer com os Agrupamentos de Escolas, para que a reciclagem seja cada vez mais uma prioridade, considerando profundamente preocupante o facto de não haver capacidade de reciclar um quilo de resíduos por dia, dado que Rio Maior tem condições de excelência e os Agrupamentos deveriam também premiar as turmas que conseguissem mais quilos de lixo recolhido, nomeadamente tampas e papelão.-----

----- Terminou a intervenção questionando o preço da água praticado pela empresa “Águas de Lisboa e Vale do Tejo”, questionando também qual a diferença de venda, em número de escala, entre esta empresa e a empresa “Águas do Oeste”. Referiu que há necessidade de compreender quais são os ganhos, perceber quanto se pagava e quanto se paga atualmente, para verificar se esta é uma boa solução. Frisou que a CDU defende a gestão pública da água e Rio Maior devia associar-se às Águas do Ribatejo, recordando a propósito que fora enganado quanto à integração na empresa “Águas do Oeste”.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção deixando a sua homenagem a dois Riomaiorenses falecidos, António Rafael e Américo Sequeira, um dever moral que tinha para com estes dois Homens que conheceu pessoalmente e pelos quais nutria grande afeição e respeito. -----

----- António Rafael um Homem de cultura, que na pintura deixou para memória futura, pinturas do concelho de Rio Maior, desde as Salinas, a Serra e o Rio, que, independentemente do valor artístico que lhe é reconhecido, e que do ponto de vista

humano, o encantou, assim como aos riomaiorenses, tratando-se de um Homem que quando chega a Rio Maior se dedica a esta terra e aqui funda o seu negócio e que consegue durante décadas ter uma passagem serena, mas comunicativa, assertiva, tolerante, sendo um grande exemplo como pessoa e como Homem. -----

----- Américo Sequeira, Homem a quem o PS deve muito, pois o seu apoio foi fundamental numa altura em que o PS queria ser alternativa em Rio Maior. Foi com toda a coragem, um Homem com outra sensibilidade, mas que soube colocar o bem da sua terra na frente de todo o tipo de interesses, deixando-lhe a sua homenagem.---- Obviamente que o Américo Sequeira também teve intervenção cívica em diversos aspetos, nomeadamente cultural e desportivo, destacando-se a sua disponibilidade para servir, sem qualquer contrapartida, sendo um grande exemplo que deve ficar para todos aqueles que, na vida pública ou fora dela, pretendem tornar a vida do seu semelhante melhor.-----

----- Terminou a intervenção referindo que deixava este pequeno apontamento identificativo do seu grande reconhecimento a estes dois Riomaiorenses.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio começando por se reportar à ação que o PS vai realizar em Rio Maior, afirmando que isso é o reconhecimento do PS da boa gestão que do executivo da Câmara Municipal, opinando que seria de esperar que escolhessem Rio Maior como um bom exemplo de gestão que vão levar para outros concelhos.-----

----- Continuou a intervenção dando os parabéns a dois jovens atletas, o Alexandre Ferreira e a Catarina Rodrigues, assim como ao seu treinador, Fábio Azinheirinha, que no dia dezanove estiveram no Campeonato do Mundo de Biatle Moderno que se realizou nos Estados Unidos, modalidade esta da Federação Portuguesa de Pentatlo Moderno e que ainda não é Olímpica, mas os atletas dado os resultados que tiveram no Campeonato da Europa realizado em Setúbal, em que o Alexandre Ferreira foi terceiro classificado e a Catarina Rodrigues foi segunda classificada. Também o Alexandre Ferreira foi Vice-Campeão do Mundo de Biatle Juvenil e foi Campeão do Mundo por equipas e a Catarina Rodrigues obteve o nono lugar no escalão júnior e foi Vice-Campeã do Mundo de Biatle, por estafeta. Dois atletas que representaram Portugal e representaram Rio Maior ocupando lugares de nível Mundial nessas competições.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por se reportar ao IC2 e leu um email enviado no dia dezoito de outubro, para a Estradas de Portugal, Santarém, ao cuidado do Engº Alcino, onde foi

solicitado uma reunião com caráter de urgência para abordar as questões relacionados com as obras a fazer no Nó do IC2, atendendo a que cada dia que passa aumenta o número de reclamações sobre a falta de sinalética adequada, assim como sobre o trânsito que circula com excesso de velocidade dentro da localidade de Asseiceira. Dizendo também no referido email que o assunto tem vindo a ser abordado quer nas reuniões do executivo, quer na Assembleia Municipal estando a situação a criar um enorme desconforto aos riomaiorenses. Informou que até à presente data ainda não obtiveram qualquer resposta, embora o email tivesse sido enviado no passado dia dezoito de outubro.-----

----- Sobre o Plano de Segurança Rodoviário informou o Vereador Augusto Figueiredo que os técnicos de trânsito da CIMLT, em colaboração com uma empresa estão a estudar e visitar os pontos mais problemáticos do concelho e o município de Rio Maior continua a aguardar calmamente o Plano, salientando que o mesmo não está esquecido e está a ser devidamente tratado.-----

----- Sobre a reciclagem referiu que tem sido feito um bom trabalho entre as escolas e a Valorsul, com a realização de várias ações de formação, nomeadamente no Centro Escolar de São João da Ribeira e opinou que a quantidade de lixo que tem vindo a ser reciclado no concelho de Rio Maior tem vindo a aumentar, devido à colaboração de todos, sem exceção e também não deve ser esquecido que a crise vivida também contribuiu para que no concelho se verificasse um decréscimo de cerca de trinta por cento na quantidade de lixo recolhido.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou a intervenção reportando-se a uma reunião na CIMLT onde foi feito um ponto de situação sobre o Plano Intermunicipal de Segurança Rodoviária que prevê a constituição de um observatório municipal de Segurança Rodoviária, processo este que está em andamento, não se justificando que os serviços da Câmara vão duplicar esse trabalho que está a ser desenvolvido por uma equipa definida pela CIMLT, depois de os onze municípios, conjuntamente, terem decidido avançar com este processo no âmbito da Comunidade Intermunicipal. -----

----- Quanto ao IC2 informou que o seu Gabinete tem estado em contacto com o Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas dado que o ofício enviado em agosto a solicitar a audiência ao Senhor Ministro fora encaminhado para o Secretário de Estado, o qual ainda não agendou a reunião solicitada, continuando a aguardar-se uma resposta.-----

----- Sobre as candidaturas referiu que só ao nível da eficiência energética é que saíram os regulamentos que definem a forma de financiamento. Informou que a devolução para a iluminação pública vai até noventa por cento, num prazo até doze

anos e para os equipamentos públicos vai até vinte e cinco anos. Informou também que esta semana foi comunicada a aprovação da candidatura da requalificação do Centro Escolar de Asseiceira, cujo projeto está em fase de concurso.-----

----- Sobre a reunião com as três comunidades intermunicipais, Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Oeste, informou que foi aprovado por unanimidade a constituição de uma possível “NUT 2”, o que na sua opinião seria bom para Rio Maior, quer quanto aos Fundos Comunitários, quer também nas matérias relativas a Turismo, esperando que, o que une os municípios com quem Rio Maior tem maior proximidade, possa dar mais valia naquilo que é o concelho no seu todo e Rio Maior fica no centro desta possível “NUT 2”.-----

----- Relativamente á questão das Águas referiu que a empresa Águas do Ribatejo é pública sendo constituída por um subsistema que são os municípios que gerem, em baixa, e o assunto agendado na última reunião de Câmara, aprovado apenas por maioria, consistia na possibilidade de integrar um estudo, não vinculativo, para se perceber se seria vantajoso, ou não, quer para a Câmara, quer para os consumidores, a possibilidade de avançar com uma situação semelhante ao que acontece com a Empresa Águas do Ribatejo, recordando que esta empresa é o exemplo sempre dado pelo Secretário de Estado, na gestão das águas em baixa. Disse ainda que espera que não se caminhe no sentido dos subsistemas anteriores, pois parecia-lhe não haver tanta vantagem dado as dificuldades que poderão surgir na defesa individual da posição de cada município.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Informou já ter apresentado a posição tomada pela Câmara Municipal na reunião de catorze de outubro relativa a integração do Município de Rio Maior no Estudo de Agregação dos Municípios da Região Oeste para os Serviços de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais e informou que todos os municípios sem exceção aderiram ao estudo. Os municípios de Peniche e Caldas da Rainha disseram que iam integrar o estudo, mas não estariam interessados em aderir, e assim quando foram criados os grupos de trabalho Norte e Sul, Rio Maior juntou-se ao grupo Sul, uma vez que o município de Caldas da Rainha não iria aderir.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Sobre as NUT's referiu que estavam na área do Alentejo para aproveitamento dos Fundos Comunitários apesar de toda a identidade que havia com os municípios do Oeste, aos quais Rio Maior ainda continua ligado relativamente a algumas matérias. Referiu que, contrariamente ao que fora feito na altura, esperava que agora o processo se faça de uma forma devidamente ponderado, e com os estudos necessários e que sejam para durar, pois os municípios têm de se relacionar entre si,

opinando que se deviam tirar as mais-valias possíveis desse sistema, recordando a propósito o PROT.-----

----- Quanto ao citado estudo das Águas opinou que há muitos estudos e não há nenhum Governo que venha dizer que a água, que é um bem essencial, que devia ter um preço igual para todos, independentemente do local, opinando que quando alguém quisesse fazer um estudo partindo desses pressupostos estariam disponíveis para o mesmo. Disse que todos os estudos têm servido, essencialmente, para envolver os privados, daí olharem com algumas dúvidas para este processo. Frisou tratar-se de uma questão que não é partidária, mas uma questão que tem que ser entendida como algo essencial, pois não podem ser esquecidos os diversos interesses privados relativamente às questões da água, um bem que é de todos. Disse também que ainda não vira o atual Governo, que contrariou as posições do Governo anterior, tomar uma posição mais sustentada sobre esta matéria. As dúvidas que tinham devem-se ao facto de não saberem o que se pretende fazer, apesar de perceberem a necessidade da escala, mas isso prende-se com a questão da eficiência, no entanto, a questão de princípio, é clarificar se o Governo entende que a água é um bem essencial e cujo preço deve ser igual para todos.-----

Disse ainda que o preço da água tem sido gerido por todos os Governos consoante os investimentos imputados a cada subsistema e isso deveria acabar, porque os municípios do interior, os que têm uma malha urbana mais estendida, não conseguem rentabilizar o sistema, ao contrário das zonas urbanas, onde qualquer metro de condução tem muitos consumidores. Na sua opinião a Administração Central tem responsabilidades na urbanização e no povoamento, e se tem essa responsabilidade, tem que ter princípios de equidade e de igualdade para essas situações, sendo esta uma questão de princípio que ainda não está devidamente definida, pois quando o estiver tudo será muito mais fácil.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Opinou que o Secretário de Estado conhece muito bem a realidade dos municípios, referindo que não tem conhecimento que já tivesse sido elaborado algum estudo, na lógica dos municípios do Oeste, que Rio Maior integra, para se poder implementar um sistema idêntico ao das Águas do Ribatejo. Disse que também não concorda com a privatização do sistema da água, mas concorda com o sistema das Águas do Ribatejo e o que estava em causa era a possibilidade de fazer um estudo semelhante ao modelo que as Águas do Ribatejo adotaram. Salientou que são os municípios que estão a implementar as tarifas sociais. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Relativamente a esta matéria opinou que a água é um bem essencial e este

Governo e os anteriores não quiseram romper com a política da União Europeia, sendo o mais grave que esta permite e aponta para a privatização da água e segundo as estimativas da mesma, o negócio da água até dois mil e cinquenta é o maior negócio do mundo, havendo mesmo Governos que quiseram entregar a sua gestão a privados, mesmo no Distrito de Santarém, estando agora a verificar-se o aumento dos custos para passar o dinheiro para privados. A CDU é contra a privatização do sistema de água, em baixa, frisando que as Águas do Ribatejo é o melhor sistema por controle público, mas não é o sistema ideal. Opinou que Rio Maior deve definir a Água em baixa, não tendo que estar sujeita ao preço de Lisboa ou de outro qualquer município, porque não se paga o preço justo, mas o preço que eles entendem ser justo, sendo a solução a mudança de política.-----

----- (A Senhora Presidente ausentou-se da sala de reuniões para se deslocar ao auditório da Escola Superior de Desporto - abertura do Seminário subordinado ao tema “Saber Envelhecer” integrado nas comemorações do “Dia Mundial da 3ª Idade”).-

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO Nº 67/2016, DE 19 DE OUTUBRO – AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAR A VIA PÚBLICA PARA APOIO À REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE “MX TOUR 2016”, EM NOME DE OTO CLUBE DE RIO MAIOR** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o Despacho n.º 67/2016, de 19 de outubro, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, no qual foi autorizada a utilização da via pública, Rua das Caves Dom Teodósio e Rua Cidade de Cantanhede, nos dias 21, 22 e 23 de outubro, com início pelas 09:00 h do dia 21 e fim pelas 24:00 h, do dia 23, para apoio à realização da atividade, “MX Tour 2016”, em nome de Moto Clube de Rio Maior, condicionada aos pareceres acima referidos.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **DESPACHO Nº 68/2016, DE 19 DE OUTUBRO – EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO - AUTORIZAÇÃO PARA PROCEDER À CONSULTA A PELO MENOS TRÊS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 68/2016, exarado pela Sra. Presidente da Câmara, no dia 19 de outubro do corrente

ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou proceder à consulta, a pelo menos três instituições de crédito, para a apresentação de propostas destinadas à contratação de um empréstimo de curto prazo, a vigorar em 2017, até ao montante de novecentos mil euros (€900.000,00), com o fim de ocorrer a dificuldades de tesouraria, com taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses e prazo até 31 de Dezembro de 2017, cujas propostas deverão ser apresentadas até ao dia 04 de Novembro de 2016.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- Declaração de Voto do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votámos a favor porque reconhecemos que este é um instrumento de gestão e que ficamos com a possibilidade de poder usar ou não esse montante no próximo ano, sendo que ele tem que ser pago no próprio ano. Não aumenta a dívida e é um instrumento de gestão.”-----

----- Declaração de Voto do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida, subscrita pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto, que se transcreve na íntegra:-----

----- “ Votámos favoravelmente este ponto porque é importante que a Câmara tenha disponibilidade de recorrer a este meio extremamente importante da sua gestão de tesouraria.”-----

----- **DESPACHO Nº 69/2016, DE 20 DE OUTUBRO – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL RELATIVO À EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DO NÚCLEO HISTÓRICO DO PAÇO REAL – FASE A** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar o Relatório Final do concurso público em apreço, nos termos apresentados pelo Júri do Procedimento em cumprimento do disposto no artigo 148º do Código dos Contratos Públicos e, consequentemente, adjudicar a referida empreitada à empresa Eco-Demo – Demolições, Ecologia e Construção, S.A., que apresenta as propostas de mais baixo preço, nos termos constantes no supracitado relatório final.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** que se transcreve na íntegra:-----

----- “Nós votámos a favor porque, para além da importância de reabilitar o edifício da

antiga Biblioteca Municipal, da reabilitação do antigo Salão dos Bombeiros, a proposta que nos é presente é a mais barata de todas.”-----

----- **DESPACHO Nº 70/2016, DE 21 DE OUTUBRO – ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA “PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO --**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 70/2016, exarado em 21 de outubro, pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou: - A abertura do procedimento de concurso público, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 19º do CCP, com vista à execução da empreitada: “Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano”; - A aprovação das peças do procedimento, nos termos do n.º 2 do artigo 40º do CCP e ainda a publicação do respetivo Anúncio, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130º do CCP.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** que se transcreve na íntegra:-----

----- “Nós votámos a favor porque neste Caderno de Encargos está incluído a reclassificação da Praça do Comércio e da zona envolvente, que para além de ser urgente é muito importante “-----

----- (Ausentou-se da Sala de Reuniões o Vereador João António Lopes Candoso)-----

----- **PONTO II – ORÇAMENTO, PLANO DE ATIVIDADES E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS PARA O ANO DE 2017 DA DESMOR, E.M.S.A.**-----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face das disposições conjugadas no artigo 42º da lei n.º 50/2012, 31 de agosto e nas alíneas a) a c) do n.º 1 do artigo 24º e n.º 2 do artigo 28º dos Estatutos da Desmor, E.M., S.A., que o sentido de voto do representante da Câmara Municipal de Rio Maior na Assembleia Geral da Empresa, seja favorável à aprovação dos instrumentos de gestão previsional para o ano de 2017 apresentados pela empresa bem como à aprovação da autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro conjugada com o artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.-----

----- (A Senhora Presidente da Câmara voltou neste momento á Reunião)-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

Começou por dizer que a Desmor é uma empresa municipal que tem vindo a ser ao longo destes anos, um pilar estruturante na afirmação de Rio Maior como cidade do desporto. O seu modelo de gestão tem tido alterações, em alguns casos significativas, de acordo com a legislação e de acordo com as opções deste executivo e do anterior.-

----- Referiu ainda que a Desmor tem vindo a diminuir a sua dependência da Câmara Municipal de Rio Maior chegando a uma redução de 2,3%, comparando com o ano anterior, contudo disse haver aspetos que gostariam de ver esclarecidos, por forma a permitir ainda mais que a Desmor possa ser uma empresa de excelência e que pelo seu modelo possa dar vida às próprias empresas municipais que em tantos momentos passaram por diversas dificuldades. Referiu ainda que a Assembleia Municipal, nos termos da legislação em vigor só toma conhecimento, não intervém, sendo o órgão fiscalizador a Assembleia Geral da Empresa, e tratando-se de uma empresa do Poder Local retiram-na do controle democrático e do escrutínio social para agilizar muitas vezes outro tipo de questões.-----

----- Continuou a intervenção referindo que, se é verdade que o valor da empresa do ponto de vista da gestão é fundamental, lembrou que também é um dever do executivo, para além de elogiar os seus administradores, a Presidente da Câmara e o Vereador, também tem que se valorizar os trabalhadores, porque estes trabalham aos sábados e domingos ao preço do dia da semana, para além de uns fazerem trinta e cinco horas e outros quarenta horas. Referiu que o Tribunal Constitucional já deu parecer no sentido dos trabalhadores retomarem as trinta e cinco horas se for esse o desígnio do Conselho de Administração, sendo essa uma medida importante do ponto de vista do incentivo, pois terminou agora o Ciclo Olímpico e é preciso ganhar novo ânimo, redefinir objetivos e adequar o regulamento interno, mas deve ir mais além, clarificando estruturas que estão dependentes da Desmor, valorizando os trabalhadores e manter a atitude de construção de mais equipamentos, dado que a Desmor é o “braço” realizador de infraestruturas, da Câmara Municipal. Disse também não haver um único equipamento desportivo nas freguesias, assim como não há um único campo de futebol a funcionar no concelho, a não ser na cidade, o que para o “Concelho do Desporto” deverá ser tema de reflexão, referindo que esta preocupação deverá também ser um elemento de análise no Plano de Atividades da Desmor.-----

----- Questionou quanto custa o Técnico de Triatlo que esteve na Desmor até final dos Jogos Olímpicos e se o seu contrato foi renovado até final do ano.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Sobre esta matéria referiu que a Lei 50/2012, retira às autarquias a hipótese de controle das empresas municipais, mas isso é uma outra questão. Congratulou-se e deixou uma palavra de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela Administração

da Desmor, pelos seus funcionários e por todas as pessoas envolvidas no dia-a-dia daquela empresa que cumpre a missão para que foi criada, nomeadamente, ser uma extensão da Câmara Municipal, nas áreas ligadas ao desporto. Reconheceu que este modelo de gestão tem trazido mais-valias e tem vindo a diminuir a dependência financeira da autarquia, situação que deve ser enaltecida. Questionou se já fora resolvida a lacuna existente quanto aos valores relativos aos gastos com água e energia, dado que, para uma completa transparência do projeto, era importante avançar nesse sentido, pois no passado não se conseguiu resolver e a atual maioria já está no segundo mandato e, enquanto oposição, também o questionava, e quer do ponto de vista da Câmara Municipal, quer do ponto de vista da Desmor, esta questão deverá ser encarada como uma prioridade.-----

----- Terminou a intervenção como a iniciou, ou seja reconhecendo todo o trabalho desenvolvido pela Administração da Desmor e pelos funcionários da Empresa Municipal.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Começou por corroborar as palavras proferidas pelos Vereadores Augusto Figueiredo e Carlos Nazaré e deu os parabéns à Desmor pelo trabalho que tem sido desenvolvido. Reforçou as palavras do Vereador Augusto Figueiredo quanto ao facto da Câmara ter sido esvaziada na sua divisão de desporto e ter alocada à Desmor essa responsabilidade, dúvida que sempre levantaram quanto à eficácia dessa medida de gestão. Opinou que a Desmor deve continuar o caminho que está a seguir na gestão daquilo que é Centro de Estágios e o Complexo Desportivo, mas se esta empresa é o “braço direito” na intervenção no desporto no território municipal, as freguesias não podem ser esquecidas, devendo ser feito um esforço integrador dos investimentos em todo o município e não apenas no complexo desportivo.-----

----- Saudou o novo investimento relacionado com as modalidades de Ténis e Padel, tratando-se de um investimento expressivo e ressaltou também a importância da valorização do capital humano da empresa e de serem clarificados alguns aspetos como disse o Vereador Augusto Figueiredo.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Interveio para felicitar o trabalho desenvolvido pela Administração da Empresa, pelos trabalhadores e por todos aqueles que colaboram com a Desmor, opinando que tem sido um grande investimento que o município de Rio Maior fez ao longo dos anos, estando agora a colher os seus frutos, estando todos de parabéns. Também saudou os novos investimentos previstos, recordando também o investimento feito na abertura ao público da piscina descoberta e que teve uma grande adesão, o que vem reforçar a importância da abertura do complexo desportivo à comunidade. -----

----- Sobre as freguesias estas não têm sido esquecidas dado que todas as atividades existentes enquanto havia a divisão do desporto na Câmara, continuam, no entanto a questão que se coloca está relacionado com o número de pavilhões polidesportivos existentes e que estão vazios, dando o exemplo de Alcobertas, Marmeleira, entre outros, recordando a propósito que estes pavilhões são pertença das Juntas de Freguesia. Também os campos de futebol estão como todos sabem, não sendo a culpa nem da Desmor, nem do executivo e embora a dinamização tenha que ser feita em colaboração com a Desmor, mas também deve ter o incentivo dos eleitos locais, algo que não está a acontecer, com uma ou outra exceção, nomeadamente em Arrouquelas, com um associativismo em crescendo, situação que não se verifica nas restantes freguesias.-----

----- PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA DESMOR – DRA. DIVA COBRA-----

----- Começou por agradecer as palavras proferidas pelos Senhores Vereadores e que transmitiria a todos os colaboradores da Desmor. -----

----- Referiu que a Desmor está atenta à valorização dos seus trabalhadores e que a empresa não é alheia à conjuntura do País e neste momento estão a rever documentos internos, tais como regulamentos dos trabalhadores e o sistema de avaliação de desempenho, que são ferramentas valiosas para se conseguir de uma forma justa e imparcial fazer todo o trabalho de requalificação e reestruturação da empresa que tem oitenta trabalhadores. Os trabalhadores têm conhecimento da situação, havendo um representante dos mesmos a acompanhar todo o processo.-----

----- Disse também que a competência da Desmor é maioritariamente ao nível da gestão, sendo o investimento mais uma competência da Câmara na estratégia de construção ou não das instalações, no entanto ambas têm feito um esforço ao nível da manutenção dos programas de atividade física, tais como psicomotricidade no ensino Pré-escolar, natação no 1º ciclo, programa “+ desporto + saúde”, opinando ser da maior importância o aumento do índice de prática desportiva, porque se houver essa vontade, com certeza que as instalações vão aparecendo. Disse ainda que a Desmor, com receita própria, investiu na abertura da Piscina Descoberta, equipamento que teve muita adesão por parte da população.-----

----- Relativamente ao treinador de Triatlo informou que a designação que é dada é de Diretor Técnico do Centro de Estágios, ou seja em dois mil e dez foi feita a opção de elevar o nível do Centro de Estágios, onde faltava uma série de valências que eram necessárias e obrigatórias para que fosse considerado um Centro de Alto Rendimento. Salientou que Rio Maior tem um dos melhores Centros do País e, inclusivamente, reconhecido mundialmente, pois conseguiu dar resposta a especificidades do Alto

Rendimento e do Desporto, no geral. Aditou que o Diretor Técnico e toda a equipa específica multidisciplinar que dá esta valência ao Centro de Alto Rendimento não é só na área do Triatlo, mas em todas as áreas. Opinou que o projeto do Brasil alavancou uma série de outros projetos e têm esperança de o retomar, algo que ainda está a ser negociado. Informou que neste último trimestre a Desmor está a negociar diversos contratos, estando a fazer o caminho de fim de ciclo, e frisou que o passado fala por si e que a competência do Diretor Técnico e da Equipa Técnica é clara, e vai ser apurado, em termos da relação custo/benefício, que foi altamente positivo e a avaliação vai continuar a ser feita até final do ano. Disse ainda que o passado fala por si e no futuro vão ter a mesma postura de desenvolver vários projetos e de continuar a trabalhar no sentido de atingir todos os objetivos propostos.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- De novo no uso da palavra referiu que quando colocara a pergunta sobre o Técnico foi porque nos espelhos contabilísticos a verba que está destinada é inferior em dois mil e dezassete, comparando com o ano de dois mil e dezasseis, o que poderá indiciar ou uma alteração na prestação de serviços ou a não renovação ou a não existência de protocolos com a Federação Brasileira.-----

----- Referiu também que em tempos os trabalhadores tinham um prémio de incentivo á produtividade e que não foi considerado regular, questionando se havia alguma perspetiva de repor a estes trabalhadores esse mesmo prémio.-----

----- Questionou ainda sobre as trinta e cinco horas e ainda qual o número de trabalhadores precários, pois quando tanto se elogia a Desmor, salientando que sempre defenderam a via do desporto enquanto outros a criticavam, assim como sempre defenderam a empresa municipal, neste modelo publico, opinou ser preciso que para além dos resultados, se criem condições para garantir o futuro e que, quem lá trabalha se sinta motivado para desempenhar desafios futuros mais exigentes, como aconteceu até agora, porque a competição é cada vez maior e não há concelho nenhum que não queira ter um Centro de Alto Rendimento.-----

----- **PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA DESMOR – DRA. DIVA COBRA**-----

----- Relativamente aos prémios e às trinta e cinco horas informou que estão a elaborar o Regulamento Interno, o Regulamento dos Trabalhadores e o Sistema de Avaliação de Desempenho e só posteriormente se poderá avançar e clarificar essas questões em particular. Sobre a precaridade referiu que dos oitenta e dois trabalhadores, só nove estão sem contrato de trabalho por tempo indeterminado. Sobre o contrato com o Comité Olímpico Brasileiro referiu que havia boas perspetivas de continuação e estão a trabalhar nesse sentido e também têm a perspetiva de fazer

contratos com outros países.-----

----- Terminou referindo que registara as palavras proferidas pelo Vereador Carlos Nazaré.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Agradeceu todas as informações dadas e nomeadamente quanto á necessidade de dotar a empresa de técnicos, de forma a que seja competitiva. Relevou o facto do Conselho de Administração estar atento a todas as situações e também a transparência da informação dada.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Agradeceu as explicações dadas e desejou a continuação do bom trabalho desenvolvido pela Desmor nos os aspetos económicos, sociais e culturais do concelho de Rio Maior.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.--

----- **PONTO III – CONTRATO PROGRAMA PARA O ANO DE 2017 – DESMOR, E.M.S.A** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face do proposto e nos termos do artigo 26º do Estatutos da Desmor, EM, SA conjugado com o artigo 47º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, propor à Assembleia Municipal a aprovação do contrato programa para o ano de 2017 a celebrar entre a Câmara Municipal de Rio Maior e a Desmor, E.M., S.A.. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre esta matéria referiu que só encontrava mencionada a verba de seiscentos e quarenta e quatro mil euros no relatório do ROC, ou seja, não existe nenhum documento onde esteja referenciado o citado montante.-----

----- O Chefe de Unidade Financeira e Ação Social prestou os esclarecimentos solicitados.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que o montante está previsto na cláusula terceira – obrigações do 1º Outorgante, a qual passou a ler.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu que este contrato-programa baseia-se, nos termos da Lei, em indicadores de eficácia e de eficiência e chamou a atenção para o facto dos pressupostos apresentados apontarem para o parâmetro “sempre muito eficaz” de todas as instalações e no que diz respeito a eficiência “sempre muito eficiente” e de acordo com o mesmo documento, se vierem a ser aferidas classificações de “pouco eficiente” após execução integral do contrato, deverão as partes acordar nos acertos que

couverem, devendo a empresa proceder à respetiva reposição de verbas recebidas.---

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO IV - INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2017 - ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é , em face do disposto no artigo 42º da Lei n.º 50/2012, 31 de agosto e do n.º 2 do artigo 26º e do artigo 27º dos Estatutos da Escola Profissional de Rio Maior, aprovar os instrumentos de gestão previsional para o ano de 2017 apresentados pela Escola Profissional de Rio Maior. ---

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Começou por dizer que para além da nobreza e da transparência destes documentos o que tem sido apanágio desta instituição, deixava um voto de grande reconhecimento não só pela gestão, como pela equipa que ali trabalha, pelos alunos e pelas famílias, que têm levado o nome de Rio Maior para um espaço que ainda não tinha sido ocupado, ou seja o espaço da inovação concreta e opinou que a Escola Profissional de Rio Maior continua num patamar de excelência que convém preservar e elogiar. Referiu que tem algumas preocupações relativamente ao futuro do ensino profissional, nomeadamente no ensino virado unicamente para o saber fazer.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Começou por deixar uma palavra de reconhecimento e gratidão à Gerência da Escola Profissional de Rio Maior, aos seus Diretores, aos parceiros da Câmara Municipal neste projeto, nomeadamente a Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior e Associação de Produtores Agrícolas da Região de Rio Maior, aos alunos e a toda a comunidade, porque quem sonhou, quem fez o projeto, quem criou e acompanhou durante tantos anos vê esse projeto singrar com sucesso e superar as expectativas e congratulava-se com isso.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Deu os parabéns a toda a equipa da Escola Profissional de Rio Maior, pelos resultados alcançados.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Assim como já fizera nas comemorações dos vinte e quatro anos da Escola Profissional deixava uma palavra de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, referindo que a citada escola não é só de âmbito concelhio, mas regional, dado que muitos dos alunos são de fora do concelho e desejou que a mesma se continue a afirmar durante o ano de dois mil e dezassete.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- (O Vereado João António Lopes Cadoso entrou novamente na sala de Reuniões)-----

----- PONTO V - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2017 E MAPA DE PESSOAL -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017.-----

Mais deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Mapa de Pessoal para 2017, conforme o previsto no n.º 4 do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.-----

Deliberou ainda decidir que o montante dos encargos relativos a remunerações e aos postos de trabalho previsto no Mapa de Pessoal e para os quais se preveja recrutamento, é o que consta no orçamento municipal para o ano de 2017.-----

Deliberou também submeter à aprovação da Assembleia Municipal a atualização da taxa prevista no artigo 20.º do Regulamento de Exploração da Estação de Camionagem de Rio Maior por remissão do artigo 39.º do Regulamento de Taxas do Município de Rio Maior.-----

----- De seguida fez a seguinte introdução: “Como a Lei o prevê tivera a oportunidade de reunir com todos os Partidos com assento na Assembleia Municipal na preparação do Orçamento para acolher propostas, quer por parte dos partidos, com assento na Assembleia Municipal, quer com os Senhores Vereadores, e a introdução do documento é extensa, mas, na sua opinião é o que deve constar, num documento como este. Agradeceu reconhecidamente aos Técnicos e a todos aqueles que colaboraram e trabalharam de forma empenhada, responsável e profissional na elaboração deste documento.” -----

----- “Este Orçamento para dois mil e dezassete prevê a continuação de uma trajetória da redução do endividamento municipal e dos prazos médios de pagamento a fornecedores, prevê o investimento na qualidade dos serviços prestados aos munícipes nomeadamente, também na relação do munícipe com a autarquia, com um atendimento primordial na Loja do Cidadão. A continuação do investimento no Setor das Águas Saneamento e Resíduos para aumentar a eficiência do sistema e para fazer uma melhor otimização do mesmo para se poder deixar de ter o défice existente nesta área e poder, no próximo mês de novembro, conforme prevê o Regulamento das Águas, Saneamento e Resíduos, fazer a atualização do tarifário em baixa das águas, resíduos e águas residuais e o Orçamento já prevê essa redução que vai ser aplicada nos tarifários. Referiu que houve um investimento de um milhão e meio de euros no

sistema da água, sendo normal que agora se comece a ter o retorno desse investimento feito e que agora se esteja em condições de retificar o tarifário ao consumidor, compromisso que assumira.-----

Disse também que continuam a apostar na qualidade da Educação no Concelho, com a previsão de contratação de auxiliares para as escolas, a manutenção dos Centros Escolares existentes e a requalificação do Centro Escolar de Asseiceira, que também está previsto na Carta Educativa. Neste Orçamento também se prevê um aumento de 18,3%, para as freguesias que são o braço direito da autarquia, na intervenção em meio rural. A contínua manutenção e reparação da rede viária do concelho, onde irão privilegiar algumas vias e acessos estruturantes da cidade e de freguesias entre freguesias e de estradas nacionais a freguesias, o que também está espelhado no Orçamento. -----

----- Este Orçamento também manifesta um forte investimento na aquisição de terrenos necessários para aquilo consideram um projeto prioritário a executar nos anos de dois mil e dezassete, dois mil e dezoito, que é a requalificação da zona ribeirinha e a valorização do rio Maior, assim como a aquisição das parcelas de terreno que são necessárias para implementar o projeto, desde a Villa Romana, com a requalificação da mesma, valorização do rio até à antiga moagem. Esta aquisição não é financiada, sendo um esforço financeiro da autarquia, assim como irão executar um conjunto de outras intervenções a fazer na cidade por via do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano para o qual já há financiamento aprovado, nomeadamente a requalificação da Praça da República, Praça do Comércio e um conjunto de outros investimentos que irão ser feitos com o intuito de devolver o rio Maior á cidade.” -----

----- Terminou a intervenção referindo-se á eficiência energética que também está prevista no Orçamento, quer para iluminação pública, quer para edifícios públicos. Também estão previstas algumas aquisições, nomeadamente a aquisição de autocarro e ainda fazer uma intervenção na Zona Industrial. Salientou ainda que este Orçamento contém o reforço na área social, e embora o mais visível no Orçamento seja o Fundo Municipal de Emergência Social, mas a intervenção da autarquia na área social vai muito para além do que possa estar previsto em Orçamento, pois como todos sabem existem pessoas afetas só na área social, dando o exemplo da Universidade Sénior que é um projeto com a Santa Casa da Misericórdia, bem como a parceria que existente com a Conferência de São Vicente de Paulo, na intervenção imediata na área social, onde se verifica também um reforço de verba, assim como também o reforço de verbas para o Movimento Associativo Desportivo e Cultural, para aqueles que, localmente e ao nível do associativismo, intervêm nas áreas da infância, da juventude e terceira idade. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Interveio para dizer que este documento este ano assume ainda uma maior relevância porque se vai fechar um Ciclo, ou seja é altura de se olhar não só para o Orçamento, e relevava do ponto de vista contabilístico, financeiro e técnico, um documento de grande clareza e de leitura fácil, de acordo com o que a Lei prevê e onde se verifica a regra de equilíbrio financeiro, da anuidade, da universalidade, da plurianualidade, da não consignação, princípios que estão espelhados no Orçamento e sem os quais não seria possível promover a sua aprovação. Sobre o equilíbrio orçamental referiu haver uma previsão de receitas que tem que garantir a cobertura de todas as despesas e as receitas correntes que são cobradas devem pelo menos ser iguais à despesa corrente, acrescido das amortizações de forma a permitir que se cumpram os empréstimos de médio e longo prazo. Assim, do ponto de vista técnico e contabilístico era um documento completo e claro, pelo que deu os parabéns a todos aqueles que o elaboraram.-----

----- Continuando no uso da palavra referiu que este Executivo e esta maioria têm aspetos positivos, nomeadamente a redução significativa da dívida e dos custos da dívida, mas convinha não dar os louros para a maioria, porque mesmo que não quisessem, esse era um imperativo legal, questionando o valor do orçamento, pois na auscultação feita no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição fora-lhe dito que o orçamento era de vinte e quatro milhões de euros, verificando agora que não era assim, questionando qual era a razão.-----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Informou que a diferença de valores se devia a que no âmbito do PEDU, este projeto tem dois anos para ser implementado e os serviços incluíram em dois mil e dezassete todo o valor que vai ser executado em dois mil e dezassete e dois mil e dezoito, posteriormente foi apenas considerado a previsão do que vai ser executado em dois mil e dezassete, tendo sido retirado das respetivas rúbricas os valores dessas candidaturas aprovadas.-----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Retomando a palavra referiu que o encargo que fora deixado pelos anteriores executivos fora muito pesado, pois ainda este ano foram cinquenta mil euros por mês para pagamento de amortizações de empréstimos, frisando que este Orçamento assume uma particular relevância que não se reflete só em dois mil e dezassete, pois fecha um ciclo daquilo pelo qual foram eleitos, isto é, este é o momento de fazer política, ou seja comparar aquilo que foram as promessas eleitorais e aquilo que está espelhado neste e nos anteriores orçamentos, sendo esse o balanço que iria partilhar.-

----- Seguidamente referiu o paradigma da elaboração dos orçamentos, ou seja a CDU entende que quanto mais participação, melhor gestão, sendo um fecho de um ciclo, pois quando foram eleitos foi para servir as pessoas e com estas resolver os problemas e sentiram que não houvera tanta participação, quanto seria necessário e a CDU tem o direito de contestar as prioridades e nessa perspetiva entendem que um documento como este, fechado em si próprio, não tem as pessoas e as prioridades que aqui estão, podem ser ou não as prioridades das pessoas e que hoje são pedidas e que estão no programa eleitoral da maioria e não estão respondidas. Nessa perspetiva, e atendendo a que uma parte significativa dos compromissos eleitorais não estão espelhados neste e nos outros orçamentos, atendendo a que consideram que a revogação do aumento da água era e é um imperativo, porque consideram que há muitas questões relativas a habitação social que não estão espelhadas no documento, assim como a requalificação das freguesias em meio rural, que não é um programa da CDU, ou seja um conjunto de questões do último ano e que na sua opinião deveriam estar aqui espelhadas e que não o estão.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

---- Sobre o documento em discussão referiu haver aspetos positivos, com novas perspetivas de desenvolvimento, investimentos que são considerados, uma baixa significativa, na ordem dos sessenta por cento, das taxas de juro praticadas pelo mercado e a redução dos encargos da dívida relacionados com contratos de empréstimos anteriores, sendo essa uma das razões da baixa do endividamento do município, com o que se congratulava. Disse também que está previsto o aumento dos encargos em face dos investimentos previstos e o investimento municipal faz-se de ciclos e há ciclos onde há uma exigência maior com os investimentos que vão ser feitos, e os encargos com o serviço da dívida e depois há momentos em que há uma maior folga, pois há empréstimos que expiram, o que significa que se perspetiva um caminho de investimento para o município. Referiu algumas dissonâncias, nomeadamente no mapa, relacionado com a diminuição de investimento em áreas que considerava importantes na gestão municipal, nomeadamente no que diz respeito à cultura, desporto e também na ação social. De 2,5% para 1,29%, na área da cultura e de 4% para 2%, no desporto e nalguns casos diminuições de cerca de cinquenta por cento, como por exemplo no turismo, questionando qual a razão desta diminuição, Terminou a intervenção referindo que ficava apreensivo com estes dados, questionando se se trata de uma prioridade contabilística, esta diminuição do investimento, que em alguns casos é excessiva.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Interveio para dizer tratar-se de um documento claro e transparente e do ponto de

vista técnico irrepreensível, mas que reflete as opções da atual maioria, se bem que estejam contempladas algumas preocupações que manifestaram, pelo que deixava o seu reconhecimento e gratidão pelo facto da Senhora Presidente ter honrado o compromisso relativo às questões das águas, pois quando foi necessário fazer o investimento imperioso no setor, perante o ciclo vicioso em que a água era cara porque havia desperdício e não era possível corrigir porque não havia investimento e isso não acontecia porque não havia verbas disponíveis, tiveram a coragem de elevar o preço da água de forma a conseguir os meios financeiros necessários, para que, do que dependia da Câmara Municipal de Rio Maior, se tentasse minimizar o problema. Recordou que ficara o compromisso de que, assim que a situação tendesse para a recuperação, se deixaria de onerar as pessoas com este custo que não deviam ser as pessoas a suportar, mas não havia outra alternativa, daí a sua palavra de gratidão por honrar o compromisso que consigo que assumira, o qual teve custos políticos, como deve calcular, mas que voltaria a fazer se houvesse essa necessidade, pois há questões para as quais é necessário ter coragem, sendo esta uma delas. -----

----- Referiu que também via contemplado neste Orçamento uma preocupação do PS, ou seja o aumento das verbas para as Juntas de Freguesia, se bem que, também reconhecia a ajuda da Administração Central, pois as verbas, atualmente, voltam aos níveis de dois mil e onze, contrariando a míngua a que os municípios foram condenados durante os últimos anos e que foram extremamente complicados. Aditou que havia outras situações de natureza social que eram também uma preocupação, pois as pessoas do concelho de Rio Maior vivem em dificuldade e o desemprego ainda é uma constante, com situações de pessoas com pequenas reformas e que lutam no dia-a-dia para sobreviver, algo que muito os preocupava, pois verifica-se uma redução de 2,5% para 1,3% nas questões de natureza social.-----

----- Disse que há investimentos e opções feitos, para as quais tem de haver dinheiro e tinham dúvidas se seriam as melhores, questionando, por exemplo o que é que era mais importante para os munícipes, se pagar menos IMI, ou ver a redução do valor da fatura da água ou a redução do IRS, ou ter uma requalificação muito importante, num cantinho da cidade, que nem sequer sabem onde fica. Referiu que são opções, e quem ganha eleições tem legitimidade para decidir e apontar caminhos, mas havia outros caminhos e outras opções, opinando não ser claro que os investimentos que estão a ser feitos, ou que se perspetivam fazer, sejam investimentos com sustentabilidade e retorno a curto prazo, embora gostassem que assim fosse, mas tinham algumas dúvidas. Reconhecia tratar-se de um documento transparente, que mostra tudo o que é feito, mas considerava que podia haver outras opções. -----

----- Terminou a intervenção referindo que os investimentos de que o Vereador

Augusto Figueiredo se queixava que trouxeram custos, mas tudo o que foi pago estava previsto e não se pagou nem um centimo a mais, foi cumprido o plano existente e, provavelmente, esses investimentos, como a Desmor, Escola Profissional, Biblioteca e Cineteatro, todos eles criaram sustentabilidade e condições para ultrapassar a crise, esperando que os investimentos que se vão fazer agora também criem essa condições para o futuro, porque os compromissos esses vão ficar e não os criticava porque no passado também os assumiram. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO**-----

----- Dado as dúvidas apresentadas pelo Vereador Daniel Pinto, começou por dizer que tem sido estratégia destes executivos a rigorosa gestão das contas municipais, algo muito importante e que permite que hoje, sem esquecer o rigor existente, mas com uma outra folga, se encare o Orçamento de outra forma porque quando em dois mil e nove a dívida estava em vinte e seis milhões de euros e em agosto deste ano estava em treze milhões e meio de euros, ficando no fim do ano nos doze milhões e meio de euros, recordou que o encargo com a dívida bancária fora anualmente na ordem dos dois milhões de euros, sendo ainda no atual orçamento, de um milhão novecentos e setenta e quatro mil euros e embora diminua a taxa de juros, o encargo pago ao banco mantém-se, frisando que dos vinte e seis milhões de euros, em dois mil e nove, cinco milhões eram dívida a curto prazo que foi diminuindo e que em agosto deste ano era de um milhão e oitocentos mil euros e essa sim, tem efeito nos orçamentos e faz transitar dívida.-----

----- Referiu que quando dizem que houve uma diminuição nas áreas do cultura e do desporto isso não corresponde à verdade porque o facto de transitar dívida quer dizer que o valor este ano aparece menor, mas na realidade houve um aumento de 25% para o movimento associativo cultural e juvenil, salientando que o orçamento em discussão tem margem de manobra, apresentando um aumento de verbas para sectores que são importantes dentro da política deste executivo, frisando mais uma vez a diminuição da dívida a curto prazo ao longo dos últimos anos, tem efeitos reais no Orçamento, pois a folga da dívida vem pela diminuição da dívida a curto prazo, em cinco milhões de euros. Afirmou que tudo isto foi conseguido, mas mantendo o investimento, o apoio social, o apoio ao associativismo e mantendo todos os outros serviços, assim como também não pode ser esquecido que só agora foram aprovados projetos dos Fundos Comunitários. -----

----- Terminou a intervenção referindo que o Orçamento que estão a apresentar é o resultado do esforço feito e pela primeira vez vai haver o Orçamento Participativo Jovem para o qual os jovens contribuíram e que vai ser implementado, havendo muitas questões técnicas que não as conhecendo levam a interpretações políticas que

poderão não ser as mais corretas, também por desconhecimento. Acrescentou ainda, que em termos da receita, o Orçamento tem 82% de receita corrente da qual só vai gastar 69%, o restante será para investimento, o que é fruto da gestão feita. Disse também que este Orçamento vai ao encontro do programa eleitoral da maioria, que tem muito rigor e apresenta um pouco de folga pelas razões já evocadas.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA**-----

----- Interveio para dizer que num Orçamento é o partido ou os partidos que estão no executivo ou na governação que definem as linhas mestras, independentemente da oposição fazer propostas válidas, mas que podem não se enquadrar naquilo que é a estratégia da maioria que está, no momento a gerir o Concelho e isto tanto é válido para o Poder Local, como para o Poder Central, pois em democracia existem as opções de votar a favor, contra ou de abstenção, mas no entanto quem decide a estratégia para o concelho são as maiorias, referindo que, provavelmente, se cada elemento do executivo elaborasse um orçamento, mesmo dentro do mesmo partido, eles seriam todos diferentes.-----

----- Disse que o documento em análise é uma opção da maioria, e quando alguém diz que os investimentos iriam ser feitos num cantinho da cidade, opinou que não poderia ser esquecido que fora o Governo que decidira que os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano só poderiam incidir nas ARUS e nas sedes de concelho, mas na sua opinião considerava que estes projetos deviam ser alargados às sedes de freguesia. Também no seguimento da estratégia do atual executivo e do anterior e também na sequência dos investimentos feitos, optou-se pela requalificação das principais vias viárias estruturantes de ligação, entre o concelho de Rio Maior e os limites, assim como entre as várias freguesias, daí o pacote de obras que foram feitas com o apoio do último QCA, assim como a previsão da verba de quatrocentos mil euros para reestruturação da rede viária, onde vai ser feito investimento efetivo, nomeadamente, nas estradas municipais que ainda não tinham sido requalificadas, como a ligação da EN 114-Alfouvés, a ligação entre Vale de Barco-Outeiro da Cortiçada, o acesso da EM 361-S. Sebastião. Está também prevista a requalificação da estrada que liga Boiças a Quintas, assim como a requalificação da estrada que vai desde a rotunda no Alto da Serra até ao Mercado de Santana, o que permitirá a todos aqueles que residem ou que trabalham em Rio Maior e também para aqueles que visitam o concelho, circular com maior segurança, salientando que estes são investimentos que estão a ser feitos fora da cidade de Rio Maior. Na cidade continuam os investimentos no setor das águas, no processo da telegestão, assim como também já se iniciou a substituição das passadeiras de pedra, tudo obras que tendem a melhorar a qualidade de vida de todos aqueles que vivem e passam por Rio Maior.-----

----- Terminou a intervenção afirmando que um Orçamento é uma previsão e assim sendo, mau seria se não tivesse o cunho desta maioria.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- De novo no uso da palavra referiu que iria esclarecer porque razão em relação ao ano anterior aparecia a redução de verbas na questão do desporto, o que se deve ao facto de, no orçamento de dois mil e dezasseis ainda estarem previstas, porque não foram pagas em dois mil e quinze, três prestações do Contrato-Programa da Desmor. Sobre os valores da área social recordou que antes de ter assumido funções, fora assumido um compromisso com a Santa Casa da Misericórdia para fazer um pagamento de um valor relacionado com a fisioterapia e quem o começou a honrar já foram os executivos por si liderados. Informou que terminou neste mês de outubro esse compromisso de oito mil euros por mês, razão pela qual não aparecia em dois mil e dezassete, e se isso for devidamente analisado verifica-se um aumento para as áreas desportiva e social-----

----- Quando o Vereador Augusto Figueiredo diz que esta maioria não deve puxar para si os louros da redução da dívida porque era uma obrigação legal, esclareceu que, embora exista essa obrigação legal de cumprir os limites de endividamento, este executivo foi muito para além disso, e sem nenhuma obsessão, porque continua a honrar os compromissos, continua a investir e porque está aí o novo Quadro Comunitário de Apoio e em dois mil e dezassete vai haver reprogramação, e este executivo quer ter disponível o valor para a componente nacional para projetos que possam ser relevantes e de extremo interesse para o concelho. Recordou ainda que nos últimos sete anos nunca fora proposto para aprovação um empréstimo de longo prazo e frisou que embora haja a exigência da Lei foram muito mais além do que a Lei obriga.-----

----- Sobre a habitação social informou ser intenção do executivo reabilitar um conjunto de habitações para estarem disponíveis para atribuir, mas Informou que só este ano terminaram de pagar os Bairros Sociais que foram construídos em mil novecentos e oitenta e nove. Sobre a questão do desemprego referiu que no concelho é metade da média nacional, cerca de 6,5% . Informou que os serviços de Ação Social e todas as Instituições que trabalham nesta área e como tem o privilégio de presidir ao Conselho Social de Ação Social, solicita que lhe seja transmitida toda a informação sobre as necessidades de realojar pessoas que vivam em situação precária ou em isolamento, situações estas que estão devidamente monitorizadas, frisando que gostaria de ter mais habitação social disponível para atribuir, pois trata-se de uma preocupação, mas estão atentos a todas estas questões.-----

----- Terminou a intervenção reforçando as palavras do Vice-Presidente sobre os

projetos no âmbito do PEDU e outros, são direcionados para as cidades e referiu que, quem não os aplica na cidade perde a possibilidade de usufruir desses apoios e este executivo está a fazer o melhor aproveitamento possível dos Fundos Comunitários, em função das diretrizes que lhes são dadas. Espera poder continuar a contar com a colaboração e empenho dos Senhores Vereadores, que não tendo funções atribuídas, ao longo do ano de dois mil e dezasseis colaboram com o executivo e agradeceu as palavras do Vereador Carlos Nazaré sobre a questão das Águas, e que haja a capacidade, a coragem, a competência e a seriedade de decidir em função dos superiores interesses do concelho de Rio Maior.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Disse que não quisera desvalorizar o esforço da atual maioria na redução da dívida, o que reconhece, no entanto opinou que pode haver outras opções e outras formas de gerir, podendo não fazer os investimentos no ano em curso e fazê-los mais tarde, e a autarquia não é obrigada a candidatar-se a todas as candidaturas que aparecem, podendo optar-se por aquelas que são mais importantes e é nesse sentido que têm uma visão diferente.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que a Presidente da Câmara e o Vereador Lopes Candoso andam preocupadíssimos à procura de verbas, questionando como era possível que ao fim de sete anos o executivo ainda continue a dar verbas ao Ministério da Educação e não pedirem a renegociação do protocolo assinado relativo aos transportes escolares, o que não sua opinião dava para outro investimento. Questionou também os valores envolvidos com o contrato com as Águas do Oeste, assim como não pode ser esquecido que foi o Governo anterior do PSD e CDS que mais retirou às autarquias, na aplicação da Lei das Finanças Locais. Referiu que muitas das propostas que estão espelhadas no programa da maioria, não foram cumpridas, nomeadamente um cemitério para a cidade e a ligação por mini bus, da cidade, ao Centro de Saúde, referindo que apesar do esforço a maioria tem contado sempre “dentro e fora” com uma atitude que não encontra em executivo nenhum, ou seja uma atitude de tolerância, de tentativa de construção comum, mas não de participação em simulacros, e mesmo o Estatuto do Direito de Oposição não tem sido fácil, pois entregam toda esta documentação ao meio-dia de quarta-feira.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com duas abstenções dos Vereadores Carlos Alberto Nazaré Almeida e Daniel Alexandre Daniel Pinto e um voto contra do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “A nossa postura relativamente a este documento é de abstenção porque embora estejam consignadas muitas das situações que por nós foram sugeridas, nomeadamente no que concerne aos investimentos nas águas, a intenção da redução dos tarifários das águas, o aumento das transferências para as Juntas de Freguesia, há outras opções de investimento, nomeadamente na cidade, que duvidamos que sejam sanáveis economicamente a curto prazo.”-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “ Voto contra porque estas não seriam as opções da CDU.”-----

----- **PONTO VI - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – ANO 2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é propor à Assembleia Municipal:-----

1.Emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos seguintes casos: a) quando resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; b) quando os seus encargos não excedam o limite de 99 759, 58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos;-----

2.Que a assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe só se faça quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as normas resultantes da regulamentação operada pelo Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;-----

3.Que possa vir a ser delegada na Presidente da Câmara a assunção de compromissos plurianuais relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo, desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública;-----

4.Que o regime de autorização ora proposto se aplique à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos durante o ano de 2017, desde que respeitadas as condições contantes dos n.ºs 1 e 2;-----

5.Que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal seja presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Relativamente a este assunto este é mais um dos constrangimentos de que os autarcas são vítimas. Disse também que o seu partido apresentara na Assembleia da República uma proposta para a revogação da Lei dos Compromissos, o mesmo acontecendo com o FAM que continua a ser injusto e a prejudicar a autonomia do Poder Local. Indicou o sentido de voto como abstenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- **PONTO VII – CERTIDÃO DE DESTAQUE DE PARCELA, EM RUA DOS CASAIS, CASAIS DO CIDRAL - FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE ANDRÉ FILIPE DUARTE FIGUEIREDO – PROCESSO Nº 115/2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação e parecer emitidos, certificar que nada obsta à efetivação do destaque solicitado, por se encontrarem cumpridos os requisitos previstos no nº4 do artigo 6º do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de dezembro, com a atual redação dada pelo Decreto-Lei nº136/2014, de 9 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO VIII – CERTIFICAR AUMENTO DE COMPARTES EM JURO, SARAMAGO OU FONTE DA LAGE – FREGUESIA DE FRÁGUAS, EM NOME DE SANDRA ISABEL LOPES AZENHA – PROCESSO Nº 135/2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação em apreço, certificar que não se vê inconveniente na constituição de compropriedade ou no aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Juro, Saramago ou Fonte da Lage, na Freguesia de Fráguas, inscrito na matriz sob o artigo 53 da Secção J, na medida em que deste pedido não resulte qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de Setembro -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO IX – FERIADO MUNICIPAL 6 DE NOVEMBRO – PROPOSTA DE HOMENAGEADOS-**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a proposta de atribuição de Medalhas Municipais de Mérito, grau ouro e prata, às pessoas individuais e coletivas que pelo seu mérito se têm distinguido em diferentes áreas, bem como a entrega de Diplomas de Mérito Desportivo e também de Serviço Público aos trabalhadores da Câmara Municipal de Rio Maior e Desmor E.M.S.A., que se aposentaram no ano de 2015.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que iria votar favoravelmente a proposta apresentada, contudo vão sinalizando aspetos que, enquanto oposição consideram que devem assinalar, daí questionar a razão de não serem ouvidos sobre estas propostas, pois não seria da maior justeza a Câmara fazer uma homenagem a título póstumo a Américo Sequeira ou a António Rafael. Deveriam ser ouvidos porque isso dignificaria o próprio executivo.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- Declaração de voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votamos favoravelmente esta proposta porque o “6 de Novembro” e os homenageados devem envolver todos os munícipes e o executivo numa unanimidade, no entanto gostaria de ter sido ouvido sobre esta e outras propostas que possivelmente também poderíamos ter dado o nosso contributo.”-----

----- **PONTO X – PROCESSO DISCIPLINAR – RELATÓRIO FINAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é tendo como base o relatório final da instrutora do processo e o despacho da Sra. Presidente, a Câmara Municipal, deliberou, ao abrigo do nº 4 do artigo 197º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela lei nº 35/2014, de 20 de junho, aplicar ao trabalhador José Ferreira Barros a sanção de suspensão pelo período de 40 dias, deliberando ainda a suspensão da execução da sanção disciplinar aplicada pelo período de 2 anos.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que este assunto o deixara duplamente desconfortável e opinou que, provavelmente, haveriam outras hipóteses de resolver o problema, recordando que houve alterações de conteúdos funcionais, um problema da precariedade e também dado a desregulamentação atual de “servir para tudo”, pois tomar conta do canil é diferente de conduzir um camião. Há questões que são de difícil compreensão e ainda

mais grave o facto do trabalhador não se ter defendido, referindo que se deve sindicalizar de imediato para ter quem o defenda, questionando se esta era a pena mínima.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Começou por dizer que o trabalho dos juristas da Câmara foi excecional. Referiu que há muita gente desempregada, pelo que as pessoas também devem zelar pelo seu emprego, e este funcionário tem muitas pessoas que dependem dele. Do ponto de vista do bem-estar animal estes tiveram sem comer muito tempo, inclusive com sede. Disse ainda que o funcionário tem todo o direito a apresentar defesa e opinou que tem que se investir na formação dos funcionários, pois andam na rua e são a imagem da Câmara Municipal, referindo que este período da suspensão devia ser aproveitado para formação, nesta situação e em todos as situações, de forma a que se valorize o emprego e se incentive á prestação de um serviço á comunidade que é pago.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Disse que este funcionário foi substituir um trabalhador que ia de férias e não rejeitou a proposta que lhe foi feita. A suspensão da pena por dois anos, significa que só se ocorresse novo caso grave que levasse a nova suspensão, caducava esta. Informou que o funcionário solicitou licença sem vencimento por um ano e neste momento não está ao serviço da Câmara Municipal.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Interveio para dizer que neste tipo de questões sempre tem havido e continua a haver muito cuidado e bom senso para as ultrapassar e sendo este o quinto mandato em que está no exercício de funções, recordou que sempre se tentou resolver estas situações com cautela quer por parte dos executivos, quer por parte dos técnicos, para tentar ultrapassar os problemas sem avançar para este tipo de penalização, mas há casos e casos, e o facto de se ser trabalhador, ou autarca, implica responsabilidades, havendo direitos e deveres.de ambas as partes.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Voltou a intervir, questionando se constava no processo alguma declaração médica que atestasse que o trabalhador fora mordido por um cão, daí não ter comparecido ao serviço, questionando também se não poderia ser uma repreensão por escrito ou trabalho comunitário, ou seja considerava ser um precedente que lhe parecia difícil de entender, partindo do princípio de que se queixou de que foi mordido e não é o médico, nem o Centro de Saúde quem faz a prova.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Esclareceu que em sede de inquérito todas as questões são devidamente analisadas e o que está em causa prende-se com os deveres que um funcionário tem

de informar o seu superior hierárquico que não tem condições para continuar e solicitar para ser substituído, mas o que agora está em discussão é aprovar ou não a proposta apresentada.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- **PONTO XI – CONTRATO DE ARRENDAMENTO - BAR DO CINETEATRO – REPOSIÇÃO DO VALOR INICIAL DA RENDA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, de acordo com a informação e pareceres emitidos aprovar a reposição do valor inicial da renda do bar do cineteatro para 105,00 do valor inicial da renda do bar do cineteatro para 105,00 os mensais. -----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XII – REQUERIMENTO DA WASH RIO – LAVANDARIA SELF SERVICE, LDA., COM DATA DE 7 DE OUTUBRO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao parecer conjunto emitido pela UUPOTEP e GJCP, concordar com a proposta de decisão e, com os fundamentos dela constantes, manifestar a intenção de indeferir os pedidos.-----
Mais deliberou, mandar notificar a requerente do teor da presente deliberação, nos termos e para os efeitos do disposto no artº. 121º do Código do Procedimento Administrativo, para, no prazo de 10 dias úteis, se pronunciar por escrito quanto ao projeto de decisão final, informando-a do horário e do local para consulta do processo, remetendo-lhe cópia da presente deliberação e do parecer na qual a mesma se fundamenta.-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Quanto a este ponto referiu que a empresa ao fazer obras aceita tacitamente que há dificuldades relativamente ao cumprimento da Lei. Referiu que a sua posição era a de sempre, ou seja acha muito bem que haja muitas empresas e que todos tenham direito á qualidade de vida e ao meio ambiente.-----

----- Deixou uma palavra de reconhecimento ao Dr. Henrique Granada, pois para além da competência que lhe é reconhecida, destacava a sua minucia, a sua disponibilidade e ainda o facto de ser meticoloso na resposta a todas as questões que lhe apresentara.-----

----- Sobre a proposta apresentada esta coloca a decisão favorável ou não, nas mãos de quem fez as obras, ou seja não interfere definitivamente, diz que vão manter a decisão. Disse também que ainda não tinha elementos de prova de que as obras resultaram, daí terem dez dias para darem conhecimento da prova, nos termos da Lei. Também ainda não conseguiram fazer as medições na casa da pessoa que apresentou a queixa, pois a lei diz que na ausência dessa possibilidade, a medição até cinco metros é igual. Frisou que estava disponível para, caso o processo passe da fase técnico-jurídica, servir de “ponte” para a solução, assim como todos os que ali estavam presentes, pois esta situação não se pode arrastar por muito mais tempo. Trata-se de um processo de tal modo melindroso, que cada um dos interessados, deve colocar isto num outro patamar, ou seja no patamar da solução, para manter os postos de trabalho e o emprego e por outro lado cumprir a Lei. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XIII – ATRIBUIÇÃO DE SUPLEMENTO ALIMENTAR – ANO LETIVO 2015/2016** ---

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, apoiar os alunos na atribuição de suplemento alimentar (lanches), conforme indicado pelos Agrupamentos de Escolas e de acordo com o parecer emitido pelos serviços de Ação Social do Município. -----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XIV – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA O PREENCHIMENTO DE POSTOS DE TRABALHO DO MAPA DE PESSOAL – 1 ASSISTENTE TÉCNICO E 10 ASSISTENTES OPERACIONAIS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, delibera, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto –Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, autorizar abertura de Procedimentos concursais, nos termos e fundamentos constantes na Informação, Despacho e Proposta em referência, atento o previsto no artigo 30.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, para o preenchimento de postos de trabalho constantes no mapa de pessoal, 1 assistente técnico e 10 assistentes operacionais a que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público e com um prazo de apresentação de candidaturas de 10 dias úteis, contados da data da publicação em Diário da República.-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----

----- Questionou se a abertura destes procedimentos concursais era com caráter excepcional ou se era para reforçar a equipa, porque se está numa situação limite e os serviços estavam a definir ou ainda se seria para resolver algumas situações já existentes.-----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Começou por dizer que estes procedimentos não seriam possíveis com o Governo anterior. Questionou quantos iriam para os Agrupamentos e se assim for estão a pagar um encargo do Ministério da Educação, e se vier a ser renegociado, depois os encargos mantêm-se. Disse também que devia ser ponderado que para o serviço das águas um lugar é muito pouco e deixava um grande elogio aos homens das águas, pois eles trabalham vinte e quatro dias e só têm um dia de folga. Indicou o sentido de voto como favorável e considera que este é o caminho e que a criação de postos de trabalho, quer nas autarquias, quer nas Juntas de Freguesia, é um caminho para ajudar a resolver a situação social do concelho.-----

----- VEREADOR JOAO ANTÓNIO LOPES CANDOSO -----

----- Começou por dizer ao Vereador Augusto Figueiredo que no governo anterior a Câmara podia contratar um trabalhador por dois que saíssem e não podia aumentar as despesas com pessoal, portanto dizer que não era permitida a contratação pelo anterior Governo não corresponde cem por cento à verdade, dado que agora também existem regras. -----

----- Informou que o número de trabalhadores da Câmara Municipal tem vindo a diminuir ao longo dos anos, também por estas imposições, tendo atualmente duzentos e oitenta e dois lugares ocupados e que durante este ano aposentaram-se seis trabalhadores e faleceram dois, sendo dezasseis o total de pessoas que saíram, também por mobilidade. Deixou uma palavra de apreço a todos os funcionários porque os serviços continuaram todos a funcionar, apesar das dificuldades, daí ser imperioso que se abrisse procedimentos concursais para colmatar as referidas saídas e disse que os serviços não estão a definir e deve ser dado um elogio a todos os trabalhadores, pois estão a trabalhar com mais brio e esforço para colmatar as necessidades, sendo este também um sinal que é dado aos trabalhadores para sentirem que o seu esforço não foi em vão.-----

----- Informou também que muito do pessoal das escolas não tem vínculo contratual com a Câmara Municipal, situação que pretendem resolver pouco a pouco e frisou que este investimento de procedimentos concursais vai no sentido de terminar com vínculos e situações precárias, referindo que seriam cerca de cinco os lugares para as escolas. Disse também que para os lugares de Assistentes Operacionais, por

exemplo, dificilmente irão concorrer pessoas sem vínculo, só se estivessem numa outra Câmara Municipal e quisessem vir viver para Rio Maior, daí não fazer sentido abrir procedimentos concursais para estas funções só para pessoas com vínculo, sabendo porém que quem concorrer e que reúna todos os critérios do concurso, ficará na frente se tiver vínculo à função pública.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Voltou a intervir para dizer que o anterior Governo, apesar da recomendação, esperava que as pessoas se reformassem e o atual não espera, daí haver Câmaras que contrataram oitenta e cinco trabalhadores, desde que não aumentasse os encargos com pessoal do ponto de vista da capacidade de endividamento ou daí não resultassem problemas do ponto de vista financeiro.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu que quando o Vereador Augusto Figueiredo diz que com o Governo anterior não era possível esta situação, o que não correspondia à verdade pelas razões já expostas pelo Vereador Lopes Candoso, frisou que o facto de atualmente haver empresas municipais sustentáveis e a funcionarem bem é culpa do Governo anterior, com o que a da Lei 50/2012, incutiu nas empresas municipais.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XV – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA O PREENCHIMENTO DE POSTOS DE TRABALHO DO MAPA DE PESSOAL – 2 TÉCNICOS SUPERIORES** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, autorizar abertura de Procedimentos concursais, nos termos e fundamentos constantes na Informação, Despacho e Proposta emitidos, atento o previsto no artigo 30.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, para o preenchimento de postos de trabalho constantes no mapa de pessoal, 2 Técnicos Superiores restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo público por tempo indeterminado e com um prazo de apresentação de candidaturas de 10 dias úteis, contados da data da publicação em Diário da República.-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XVI – RECRUTAMENTO – ÁREA DE RESERVA DE RECRUTAMENTO – 1 ASSISTENTE OPERACIONAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ao abrigo do artigo 4.º do

Decreto –Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, autorizar a utilização de reserva de recrutamento interna resultante de procedimento concursal comum, nos termos e fundamentos constantes na Informação, Despacho e Proposta em referência, conforme previsto no artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, para o preenchimento de um posto de trabalho constante no mapa de pessoal – 1 Assistente operacional – Unidade Obras Públicas, Equipamentos, Apoio às Freguesias e Património Cultural. -----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Sobre este ponto informou que em dois mil e quinze houve um procedimento concursal em que foi admitida uma pessoa e ficou uma lista de reserva e a Lei permite que se chame a primeira pessoa dessa lista, se ainda estiver disponível, o que permite que se ganhe algum tempo, ao nível dos procedimentos. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- **REPRESENTANTE DA EMPRESA DA WASH RIO – LAVANDARIA SELF SERVICE, LDA.-**

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Começou por dizer que esperavam que a deliberação fosse sobre o alargamento do horário do estabelecimento dado que já tinham feito as obras e já fora feito um pedido via judicial para que a vizinha colabore e deixe fazer o teste que está marcado para os dias catorze e dezasseis de novembro, cumprindo os prazos obrigatórios. Referiu que gostariam de ter visto a hipótese de continuar a laborar aos domingos e referiu que estavam com algumas dificuldades financeiras acrescidas com esta situação, contudo percebia que até fazerem prova não haveria essa possibilidade.-----

----- Sobre a ata da reunião realizada a vinte e seis de agosto, questionou “como é que se poderia afirmar haver máquinas a trabalhar para além da meia-noite”, assim como referir que há vários moradores, afirmando que não tinham conhecimento que houvesse muitos moradores incomodados com a laboração da lavandaria, contrariamente até tinham algumas queixas de que não podem utilizar os serviços nos dias em que era melhor para a população. Referiu também que têm sido muito úteis aos utilizadores da Desmor, empresa com a qual colaboravam, com todo o gosto.-----

----- Sobre o processo disse que nada das sus dúvidas têm sido esclarecidas e pensa

haver algum mal-entendido e referiu que fizeram um requerimento a pedir esclarecimentos o parágrafo cinco da página onze, do parágrafo cinco da página doze da ata referida anteriormente. Também fizeram a impugnação do teste e não receberam resposta.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre este processo salientou que tem havido uma preocupação dos serviços da Câmara e de todos os que estão na sala, em se colocarem sempre do lado da solução e nunca do lado do problema. Sobre os dez dias que são dados para a empresa fazer prova das obras vai cair entre dezasseis e dezassete de dezassete de novembro, e em todo o processo tem havido o cuidado quer dos técnicos, quer dos eleitos, em estar devidamente informados e assim poderem responder às questões levantadas, quer em reunião quer no exterior, pois trata-se de um assunto que todo o executivo gostaria de ver ultrapassado.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- As questões que lhe são colocadas, são de caráter eminentemente técnico e tem a ver com a expressão do volume, ou seja as ondas acústicas são tridimensionais e têm volume, daí que os “sons mais graves dão a sensação de encher mais e os sons agudos de encher menos”, e, no encosto a uma parede percebe-se se há volume ou não. Sobre a outra questão opinou ainda que Rio Maior só ganha em ter empresas com iniciativa de pessoas da terra. Disse também que não se pode a todo o custo transformar dificuldades em obstáculos intransponíveis e o que dissera e voltava a dizer que está disponível para servir de ponte, assim como todo o executivo, e de tudo o que apurara, e tem trabalhado muito em todos os planos, e a sensação que tinha, face aos resultados que não vinham agora a propósito, é que os vizinhos não falam e isso dificulta a decisão, porque isto pode prolongar-se, e todos ficam a perder. Disse ainda que, nesta fase todos devem ser humildes e referiu não se importar de solicitar à inquilina se podiam fazer as medições, sem ser por via judicial.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Interveio para dizer que só tinha que responder perante o executivo. Sobre a questão de se falar no plural referiu que, do modesto conhecimento que tinha, no apartamento vivem três pessoas, dois adultos e um jovem, daí o plural. Referiu que quando se fala no ruído, o que dissera voltava a repetir, ou seja quando passa no local e não tendo um aparelho acústico para estar a medir, mas se afrouxar o carro percebe-se que as máquinas estão a trabalhar.-----

----- **REPRESENTANTE DA EMPRESA WASH RIO – LAVANDARIA SELF SERVICE, LDA.**-----

----- Voltou a intervir para dizer que não laboram depois da meia-noite e se fizeram obras é porque aceitam que eventualmente, possa haver incomodidade e nunca se

negaram a colaborar, sendo nesse sentido que solicitaram para os deixarem laborar não diria no horário que estava, mas assim considerou que estavam a pôr em causa a viabilidade da empresa.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Disse que têm chegado á Câmara Municipal vários autos levantados pela GNR, relativamente aos incumprimentos.-----

----- **REPRESENTANTE DA EMPRESA WASH RIO – LAVANDARIA SELF SERVICE, LDA.**----

----- Informou que de todos os autos que estão levantados apenas um é fora do horário normal de trabalho. Disse que estão a colaborar e solicitavam que os deixassem encerrar às vinte e uma horas e que pudessem laborar aos feriados e aos domingos, a partir do meio-dia.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- De novo no uso da palavra esclareceu que o executivo aguarda que façam prova real de que cumpriram com tudo o que lhes foi solicitado, para posteriormente deliberarem sobre o horário de laboração.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Interveio para perguntar se uma pessoa entrar na lavandaria às vinte e duas horas, e ligarem uma das máquinas a esta hora, qual a hora a que terminaria o programa de lavagem.-----

----- **REPRESENTANTE DA EMPRESA WASH RIO – LAVANDARIA SELF SERVICE, LDA.**----

----- Informou que a duração do programa é de quarenta e cinco minutos, terminando assim às vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos. Disse também que o que se tem verificado é que a última lavagem vai até cerca das vinte e uma horas, e no limite até às vinte e uma horas e quinze minutos. Informou ainda que atualmente laboram até às dezanove horas e quinze minutos.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Ainda sobre este assunto referiu que o executivo mantinha a unanimidade e não podia alterar uma decisão que lhe é favorável no sentido de poder ter espaço e tempo para adequar a empresa aquilo que o relatório da CIMLT dizia, se voltassem atrás estariam a abrir “uma caixa” que nunca mais acabava, porque a queixosa teria todos os argumentos, para além dos pessoais, para além da qualidade de som, para além do ruído que a incomoda, para além das questões de saúde, ainda tinha um outro, ou seja o não cumprimento do respeito por uma decisão do executivo e isso não iriam fazer.-----

----- **REPRESENTANTE DA EMPRESA WASH RIO – LAVANDARIA SELF SERVICE, LDA.**----

----- Disse que sempre aceitaram o que o Executivo deliberou e informou também que iriam ter os resultado entre os dias dezoito e vinte e três de novembro.-----

----- **SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA – VALE DE ÓBIDOS** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Relativamente ao saneamento básico dentro de Vale de Óbidos, nomeadamente na Travessa do Carrascal, referiu tratar-se de uma situação que se arrasta há algum tempo e que urge resolver corretamente e não sendo um dos prejudicados com a situação estava ali na defesa de dois munícipes afetados. Disse também que o saneamento básico feito á época cumpriu todas as normas e foi executado pelos serviços técnicos da Câmara Municipal frisando que todos os problemas agora existentes, resultaram da errada reestruturação técnica que foi feita, não respeitando o traçado inicial feito, com consentimento ou não dos serviços técnicos da Câmara Municipal. Convidou todos a deslocarem-se ao local para verificar a situação referindo que podia comprovar tecnicamente o que estava a dizer. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Referiu que tanto quanto sabia o assunto nunca fora comunicado á Câmara Municipal nem pela Junta de Freguesia, nem pelos moradores, quer no anterior mandato, quer neste. Informou que os serviços técnicos se vão deslocar ao local para verificar a situação.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu que os serviços iriam analisar a situação e verificar o que está realmente a acontecer.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram treze horas e cinquenta e cinco minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA:_____

A COORDENADORA TÉCNICA:_____